

OS POLONESES DO PARANÁ (BRASIL) E A QUESTÃO DA NACIONALIZAÇÃO DOS IMIGRANTES (1920-1945)

Márcio de Oliveira *

A imigração polonesa para o Paraná

O estado¹ do Paraná se constituiu tardiamente (1853), comparado a maior parte dos estados da Federação, quando deixou de ser a Quinta Comarca de São Paulo. Além disso, a economia do estado, durante todo o século XIX, não esteve ligada a nenhum produto (agrícola ou mineral) de exportação aos países europeus ou EUA. Da mesma forma, a escravidão não desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento da economia local. Finalmente, a imigração foi muito importante, contribuindo decisivamente para a ocupação física do território, para o estabelecimento de um padrão fundiário, sendo recuperada ainda na construção simbólica da identidade do estado (OLIVEIRA, 2007).

O estado começou a receber imigrantes no início do século XIX, mesmo antes de sua emancipação. Até meados do século XIX, ainda é considerado como despovoado, se comparado aos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. De fato, em 1872, tem apenas 127 mil hab., contra 159 mil catarinenses e 446 mil gaúchos (RECENSEAMENTO DO BRASIL, 1872).

O primeiro presidente do estado, na tentativa de atrair imigrantes, afirmava que o europeu aí encontraria um clima próximo daquele de seu país natal. Essa afirmação fazia eco às experiências de colonização de alemães e suíços no litoral consideradas exitosas e à idéia de que o povoamento e desenvolvimento do estado passavam necessariamente pelo imigrante europeu. (Relatório, 1854: 62)². A chegada dos primeiros poloneses data de 1870-72, vindos da região de Joinville (onde eles mantinham tensas relações com os alemães). Foi fruto, contudo, da iniciativa pessoal de Wós Saporski, considerado o pai da imigração polonesa (NIKODEM, 1970).

As primeiras colônias de poloneses fundadas nos arredores de Curitiba foram obra de Adolpho Lamenha Lins (1845-1881), que presidiu o estado entre 1875 e 1877. Durante seu governo, estabeleceu a relação positiva entre colonização do território, desenvolvimento rural e imigração³. Como resultado desta visão, no segundo e último *Relatório*, enviado a

* Doutor em Sociologia e professor da UFPR. Esta pesquisa conta com o apoio financeiro do CNPq.

¹ Por comodidade, preferimos manter o termo “estado” também para o período imperial.

² Os “Relatórios dos Presidentes da Província do Paraná” foram anualmente enviados à Assembléia Provincial ao final de cada ano entre 1854 e 1889. Estão disponíveis no site <http://www.crl.edu/content/brazil/parn.htm>.

³ Em relação à imigração, as práticas de seu governo foram: “dizer a verdade ao imigrante”, “facilitar-lhe o transporte”, “dividir bons lotes de terra nas vizinhanças dos centros populosos”, “evitar que ao chegar o

Assembléia Legislativa (1877), Lins afirma que seis mil imigrantes já vivem nas sete colônias criadas nos arredores da capital. Mas em resumo, os esforços de Lamenha Lins e de outros presidentes foram pontuais. A imigração seguiu de forma espontânea e aleatória. O pequeno número de poloneses que chegaram ao estado entre 1871 e 1889 - 7.030 indivíduos – confirma isso.

A proclamação da República (1889) inaugurou o grande fluxo de imigrantes para o Brasil. Entre 1890 e 1914, 96.116 imigrantes poloneses aportaram no Brasil, sendo o Paraná o estado que mais os recebeu, com 35.116 indivíduos, enquanto que o Rio Grande do Sul vem em segundo lugar com 32.000 indivíduos. Dentre as colônias mais importantes e numerosas, temos Cruz Machado (5.000 colonos), Rio Claro (3.425 colonos), Eufrosina (1.475 colonos), São Mateus (1.225 colonos), Apucarana (1.000 colonos) e Nova Galícia (650 poloneses e 500 ucranianos).

Não seria correto, contudo, atribuir à política de imigração colocada em prática pela jovem República, as razões desse crescimento. De fato, do outro lado do Atlântico, nos territórios poloneses ocupados e partilhados entre os impérios Austro-Húngaro, da Prússia e da Rússia, sobretudo em suas áreas rurais, vivia-se em meio à queda do preço do cereal, por um lado, e uma propaganda a respeito do Brasil, repleta de fantásticas histórias⁴, de outro. Isso explicaria porque, neste período, 95% dos poloneses recém-chegados eram agricultores.

Do lado brasileiro, a novidade em termos de política imigratória somente aconteceria em 1907, quando o Estado organiza um “serviço de imigração” (RAMOS, 2006). Seu objetivo era orientar os fluxos de imigrantes às novas zonas de colonização e de combiná-los com “nacionais”, em colônias já existentes. Em função disso, em 1908, o estado do Paraná, decidido a dar novo impulso à imigração, devolveu à União suas terras públicas. A ação do “serviço de imigração” combinada à devolução das terras públicas se fez sentir: entre 1908 e 1914, sobre um total de 12.330 poloneses estabelecidos no Paraná, 9.880 residem em colônias criadas ou transferidas para o controle do Estado.

Em resumo, o Paraná foi o estado da federação que mais recebeu imigrantes poloneses em toda a história do Brasil. Entre 1870 e 1914, estima-se que mais de 40 mil⁵ tenham se instalado definitivamente em Curitiba e em seus arredores, além de outras localidades no

imigrante sofra vexames”, “estabelecer bem o colono, com todos os favores prometidos e, depois libertá-lo de qualquer tutela...”.

⁴ A título de exemplo, dizia-se que a Rainha do Brasil, antes de morrer, havia deixado suas terras aos camponeses, ou ainda que o Papa, em pessoa, havia benzido a emigração, etc. A este respeito, ver Kula (1977).

⁵ Como durante este período a Polônia estava ocupada, muitos poloneses partiram munidos de passaportes alemães. Por isso, Wachowicz (1999) estima que 25% do total de alemães que imigraram ao Brasil possam ser poloneses.

interior do estado, renunciando um novo padrão de conduta social e cultural que esses imigrantes logo adotariam.

Quadro geral da organização social dos poloneses

Em seu conjunto, as políticas de imigração tinham sido bastante liberais, o imigrante europeu sendo pensado principalmente como um agente de defesa do território nacional e instrumento de colonização agrícola, cujo destino final seria a assimilação e cuja presença se justificava inclusive sob o mal disfarçado pretexto de “embranquecer a raça brasileira”.

Fruto em parte da maciça presença polonesa no Paraná, a partir da reconquista de sua soberania política (1918), após mais de um século de partilha e dominação, o Estado polonês vislumbrou a possibilidade de transformar seus, por eles considerados, “emigrantes-colonos” em colonizadores, tal como outras potências européias haviam realizado em outras partes do mundo, em especial em África (Oliveira, 2009). Este objetivo “imperialista”, por mais estranho que soe hoje, estava lastreado em uma comunidade que havia se espalhado e se consolidado, mostrando-se particularmente organizada nos planos social, cultural e educacional, além de ter se beneficiado de uma conjuntura particularmente favorável nos territórios ocupados às vésperas da reconquista da soberania do Estado polonês, como se verá a seguir.

Escolas Polonesas no Paraná

A primeira escola polonesa no Brasil foi criada em 8 de outubro de 1876, na Colônia Orleans (Pr), por iniciativa de Jerome Durski. Outras escolas foram fundadas ainda neste final do século XIX e no começo do século XX, expandindo consideravelmente a rede. Assim, às vésperas da 1ª Guerra Mundial, havia 73 escolas polonesas, sendo 46 delas somente no estado do Paraná. Deste total, 12 eram religiosas (5 ligadas às Irmãs de Caridade de São Vicente de Paulo e 7 ligadas às Irmãs da Sagrada Família), perfazendo um total de 840 alunos. Já as escolas leigas eram em número de 61, repartidas em ensino primário e médio, espalhadas em Curitiba e diversas outras cidades do interior do estado. 1020 alunos estavam regularmente matriculados nessas escolas⁶. Estes dois grupos de escolas organizaram suas associações: União das Sociedades Educativas Polonesas “Kultura”, fundada em 1920, representando as escolas leigas, e a União das Escolas Católicas Polonesas “Oswiata”, fundada em 1922, representando as escolas católicas, ambas “uniões” abrangendo escolas localizadas nos três

⁶ Do total de 2465 alunos matriculados em escolas polonesas, o Paraná sozinho abrigava portanto 1860 deles, ou 75,45% deste total, demonstrando aqui também a importância do estado em relação às comunidades polonesas residentes no país.

estados da região sul. Enfim, em 1924, Gluchowski (2005: 201-210) contabiliza 3.623 crianças matriculadas em escolas “isoladas”, e pertencendo a uma das duas associações acima descritas. Nas escolas das associações “Oswiata” e “Kultura”, existiriam, contudo, apenas 1.671 crianças. Já nas “escolas isoladas”, soma-se apenas 268 crianças matriculadas, perfazendo um total de 1.939 crianças para todo o estado do Paraná, bem longe das 3.623 anunciadas (p. 201)⁷.

A Imprensa e as Associações culturais e esportivas

As escolas não foram as únicas formas de organização social existentes. Desde a última década do século XIX, grupos de imigrantes organizaram jornais e associações culturais, algumas delas com atividades esportivas e educacionais.

Uma das primeiras sociedades criadas foi “Sociedade Polonesa-brasileira Tadeuz Kosciusko⁸”, fundada em 1890 a partir da constatação do distanciamento dos poloneses do “mundo civilizado”. A “Sociedade” abrigou uma escola primária, um coral e uma pequena banda de música⁹. Ao lado desta, foi criada também a “Sociedade de Ginástica Falcão” (“Towarsystwo Gimnastyczne Sokol”) fundada em 1898. Seus objetivos eram o desenvolvimento físico pela ginástica (principalmente, a esgrima), as excursões e o tiro ao alvo. A “Sociedade” era ornada por brasões e seus membros portavam uniformes, demonstrando claramente a junção dos objetivos culturais às práticas militares:

A matriz da Sociedade Sokol fora criada em Lwow, capital provinciana da Galícia, parte da Polônia, ocupada pela Áustria. Seu objetivo secreto era o preparo da juventude polonesa para futuras atividades bélicas. [...] A sociedade Sokol de Curitiba também contribuíra com sua parcela de voluntários para a causa de liberdade da Polônia. (FILIPAK e KRAWCZYK, 1978: 11-12).

Fundado em 1901 e fechado em 1920 por jovens poloneses, o “Círculo da Mocidade Polonesa” teve como principal objetivo a auto-instrução, para o qual foi constituído um fundo destinado à criação de uma biblioteca e realização de palestras. O “Círculo” criou ainda um pequeno coral, um grupo de teatro amador e uma banda de música e manteve certa atuação política, acompanhando e se posicionando tanto em relação ao movimento independentista

⁷ Até o presente momento da pesquisa, não conseguimos solucionar o problema da inconsistência dos dados escolares.

⁸ Herói da Polônia, mas também dos EUA, tendo lutado pela independência deste último.

⁹ Sua ação foi especialmente importante na organização do “Primeiro Congresso Polonês” no Brasil, cujo objetivo foi o de reunir os poloneses residentes na América do Sul, no intuito de trabalhar para a reconquista da independência da Polônia.

nos territórios poloneses ocupados, quanto em relação aos desdobramentos da Primeira Guerra Mundial.

Em 1920, o “Círculo”, a “Sociedade Falcão” e a “Sociedade Santo Estanislau” (de caráter religioso) decidem fundir-se e criarem a “Sociedade União Polonesa”, englobando todas as atividades específicas das três entidades fundadoras, desde as educacionais e esportivas, até as atividades culturais (teatro, amador e profissional, e banda de música) e celebração das datas cívicas polonesas. Entre 1920 e 1936, quando começou sua desarticulação, as diretorias contaram em média com 20 membros – de bibliotecários a secretários e membros do conselho fiscal – com mandatos definidos pelos estatutos da “Sociedade”.

Em 1922, foi criada a “Sociedade Esportivo-Ginástica Strzelec” (O Atirador). Os objetivos eram os mesmos da antiga “Sociedade Falcão”. A fundação desta contou com a direta participação do major Lepecki, membro do exército e enviado da Polônia com o intuito de “explorar regiões virgens, destinadas mais tarde, à colonização pelo elemento polonês” (FILIPAK e KRAWCZYK, 1978: 93). As atividades esportivas eram, uma vez mais, o tiro, as excursões e a ginástica. Diferenciando-se da primeira, esta sociedade admitia a participação de mulheres. Em 1925, seu nome foi mudado para “Sociedade de Educação Física Junak” (Towarzystwo Wychowania Fizycznego Junak), sendo finalmente fechada em 1938, no auge da ‘Campanha’, dando origem à “Sociedade União Juventus”.

Na esteira da criação da Universidade do Paraná (1912), em 1926, jovens poloneses decidem criar a “Associação dos Estudantes Sarmatia”, cujo objetivo central era “...auxiliar o estudo, a vida estudantil, e formar bons cidadãos brasileiros, não esquecendo da cultura dos seus ancestrais poloneses” (FILIPAK e KRAWCZYK, 1978: 142). A “Associação” contribuiu para a criação da “Casa do Estudante”, teve participação ativa na “Revolução de 1930”, organizou uma publicação mensal, “O Sarmatia”. Teve atuação regular até 1937, quando as atas eram ainda lavradas em polonês, e praticamente desapareceu durante os anos da Segunda Guerra Mundial.

Ao lado destas organizações, grupos de poloneses editaram um grande número de periódicos. Entre 1892 e 1923, 29 jornais foram fundados e publicados em Curitiba. Alguns tiveram vida curta, mas outros foram editados regularmente, como, por exemplo, o jornal “Gazeta Polska w Brazylii”, que circulou sem interrupção entre 1892 e 1941 ou o “Polak w Brazylii”, que circulou entre 1905 e 1920, mantidos por empresários cujos interesses comerciais se dividiam entre a “Polônia ocupada” e o Brasil. Mas não é apenas o número de jornais que chama atenção, senão sua diversidade. A título de exemplo, circularam em Curitiba, na última década do século

XIX, os jornais humorísticos “Diablik Paranski” (Diabinho Paranaense) ou ainda o “Scierka” (Esfregão), cujo “objetivo era “esfregar a boquinha dos agressores”, ou seja, dos “diabinhos” (GLUCHOWSKI, 2005: 225). Muitos desses jornais abrigaram atividades intelectuais, tornando-se algumas vezes reduto de movimentos patrióticos inspirados pela reconquista da soberania do Estado polonês, ocorrida em 1921.

Finalmente, o papel da Igreja católica no seio das comunidades polonesas não deve ser desconsiderado. Ao contrário, uma das constantes reivindicações das comunidades girava em torno da organização das paróquias que deveriam estar a cargo da padres poloneses. Isso foi tão mais comum quanto mais isolados viviam os colonos camponeses (principalmente aqueles que fundaram colônias no interior do estado), mas também se mostrou importante em Curitiba, devido inclusive ao trabalho educacional das irmandades (mas nem de todas paróquias). O trabalho do clero foi importante enfim na manutenção de certo sentimento de “polonidade”, ultrapassando assim a questão religiosa *stricto sensu*.

A Campanha de nacionalização e os imigrantes poloneses

O final da Primeira Guerra Mundial marcou uma inflexão nas políticas de imigração. A partir desse momento, elas se tornam mais restritivas, e os diversos movimentos nacionalistas que se organizam então esboçam a preocupação com a *nacionalização* das comunidades estrangeiras (OLIVEIRA, 1990).

Do ponto de vista educacional, nas escolas polonesas do Paraná, o ensino era quase que totalmente ministrado em polonês, embora desde 1909 (Lei nº 894), fosse obrigatório o uso da língua nacional nas “escolas primárias, particulares, e nestas como nos demais estabelecimentos de instrução de qualquer natureza”. Mas nos anos que se seguiram à Primeira Guerra Mundial, as autoridades paranaenses criaram o “Código do Ensino” (1917), obrigando o uso da língua nacional, bem como da “Corografia do Brasil e da História do Brasil”. Em 1918, o deputado paranaense Hugo Simas apresentou ao legislativo estadual projeto de lei exigindo o uso exclusivo da língua portuguesa nas escolas particulares.

Representantes da comunidade polonesa não tardaram a manifestar seu descontentamento em relação ao projeto Simas através de “cartas abertas” publicadas no jornal *Diário da Tarde* (1918). Os defensores das escolas polonesas argumentavam, por um lado, que a “liberdade pessoal, de culto e de língua” foram bastante propagandeada aos imigrantes poloneses pelos “agentes do governo brasileiro” e, por outro lado, que a proibição fazia lembrar a prática dos governos prussiano e russo que pretenderam “extinguir o polonês da população dominada. As “cartas abertas” provocaram respostas e editoriais da imprensa

local, gerando uma polêmica que ainda não foi completamente analisada, e o referido projeto acabou por ser abandonado.

Mas em 1924, em seu relatório sobre a situação do Ensino no Paraná, o Inspetor Geral, César Prieto Martinez, refere-se explicitamente às escolas “polonesas e rutenas” (ucranianas), afirmando que aí havia indivíduos que “não sabem dizer o bom dia”. Segundo ele, nestas escolas residiria o “problema” das escolas estrangeiras, visto que as alemãs e italianas eram em pequeno número. Contudo, a razão desta “ignorância” do português se devia ao isolamento de algumas colônias aliado à inexistência de escolas brasileiras (“estado lamentável do nosso aparelho escolar”). Seja como for, dentro “do colégio a criança está dentro da própria Polônia”. (PRIETO *apud* WACHOWSKI, 1970: 37-38; 45-46).

Mas as tentativas de controlar e/ou socializar as comunidades de imigrantes realizadas até então não se comparam ao conjunto de mudanças na legislação e ações efetivas empreendidas pelo Exército brasileiro, logo após a instauração do ‘Estado Novo’ (10/11/1937), e cujo objetivo final era erradicar as idéias estrangeiras e combater e nacionalizar os ‘quistos’ étnicos a fim de impor o “espírito nacional”. O conjunto dessas ações foi chamado militarmente de ‘campanha da nacionalização’.

As mudanças na legislação iniciaram-se com o Decreto-Lei n.º 383 (1938), que vedou aos estrangeiros o exercício de qualquer atividade política, assim como os proibiu de manter jornais, revistas ou outras publicações na imprensa. O Decreto-Lei n.º 481 (1938) introduziu nos programas escolares os cursos de moral e cívica, estabelecendo que estes deveriam ficar a cargo de militares. Finalmente, o Decreto-Lei n.º 1.545 (1938) proibiu o uso de línguas estrangeiras em qualquer espaço público, escolas, associações culturais etc., e mesmo nos ofícios religiosos (CAMPOS, 2006).

As comunidades polonesas no Paraná, em especial devido suas inúmeras organizações sociais e políticas, foram consideradas perigosas à soberania nacional e, assim, foram um dos alvos mais visados pelas atividades dos “jovens oficiais” militares que estiveram à frente da “campanha”.¹⁰ O jovem oficial do Exército, Hugo Bethlem¹¹, após realizar viagens pelo interior dos estados de Santa Catarina e do Paraná, assim se referiu a elas:

¹⁰ O impacto da ‘campanha’ tem sido preferencialmente estudado em relação às comunidades teuto-brasileiras e no bojo dos estudos sobre a Segunda Guerra. A este respeito, *Anais do Simpósio Muitas faces de uma guerra: 60 anos do término da Segunda Guerra Mundial e o processo de nacionalização do sul do Brasil*, Florianópolis, 2007. Disponível no sítio <http://www.cce.udesc.br/cem/simposioudesc>.

¹¹ Bethlem, além de fazer parte do pequeno grupo de jovens oficiais do Exército responsáveis pela operacionalização da ‘campanha’, é considerado um de seus mais importantes ideólogos.

Considerados por todos, como núcleos inofensivos de pacatos agricultores, surpreenderam extraordinariamente, quando iniciada a Campanha de Nacionalização, começaram a aparecer as denúncias e os fatos, e, mais ainda, quando fechadas as associações e partidos, entrou-se no âmago da União Central dos Polacos no Brasil, e através de seus arquivos, se pode surpreender documentos simplesmente alarmantes.

A famosa “Centralny Zwiazek Polaków w Brazylji (União Central dos Polacos no Brasil), mais conhecida por C.Z.P., que se apresentava modesta e inocentemente, como sociedade beneficente e cultural, era a filial imediata – filha dileta – da “Swiatowego Związku Polaków z Zagranicy w Warszawie [...] (União Mundial dos Polacos no Exterior) [...], [que] irradiando uma série extraordinária de grandes núcleos principais, subvencionava e mantinha um número imenso de escolas, clubes e associações, cujo objetivo principal era a manutenção irrestrita, nos brasileiros de origem polaca, do mais arraigado espírito patriótico polonês. (BETHLEM, 1939: 54-55)

A análise de Bethlem não poupa nem mesmo as famílias polonesas, responsabilizando as mulheres (mães) polonesas, bem mais do que as escolas, pela não assimilação das novas gerações. Mas em conclusão, o oficial afirma que as organizações eram os grandes obstáculos à integração e uma ameaça ao Estado porque constituíam uma ação “da causa polonesa contra a causa nacional”. Eis porque deviam ser combatidas e erradicadas. Talvez por isso as restrições relativas ao uso de línguas estrangeiras ultrapassaram o estrito universo escolar, alcançando também as paróquias, sociedades e associações mantidas por imigrantes.

A este respeito, o caso da “Sociedade União Juventus”, sediada em Curitiba, é exemplar. Esta “sociedade” nasceu da fusão de duas outras sociedades, a “Sociedade União Polonesa” e a “Sociedade de Educação Física Junak”, esta, por sua vez, criada, como visto, a partir da “Sociedade Esportivo-Ginástica O Atirador”. Mas em 1938, pressionada pelos decretos que obrigaram o uso da língua nacional, a “Junak” foi rebatizada “Sociedade de Educação Física Juventus”. À diferença de outras “sociedades” e “associações”, talvez por ter se concentrado apenas em atividades esportivas – participou ativamente dos campeonatos de futebol na primeira divisão até 1950 – a “Juventus” conseguiu sobreviver aos anos da ‘campanha’ e mesmo aos anos da Segunda Guerra, quando também os poloneses, algumas vezes confundidos com alemães, foram objeto de atos hostis (BOSCHILIA, 1995). Sua sobrevivência foi assim fruto do esvaziamento e/ou fechamento de outras associações – herdando sócios e atividades - mas fundamentalmente fruto de seu “abrasileiramento” tanto no nome quanto nas atividades, a partir de então exclusivamente sociais e esportivas. Mas, não esquecendo de sua história, a “Juventus” se apresenta hoje como a antiga “Sociedade de Ginástica Falcão” fundada em 1898.

Conclusão

O pequeno espaço deste texto não nos permite mais do que algumas considerações finais. Cabe afirmar inicialmente que a análise do impacto da ‘campanha’ nas comunidades polonesas do Paraná apenas se inicia. Além disso, pode-se dizer que as comunidades polonesas, em que pese o fato da Polônia ter sido invadida pela Alemanha desde 1939, não foram menos afetadas do que alemães, italianos e japoneses pela ‘campanha’ ou pela Segunda Guerra. Isso pode ser comprovado pelos juízos de valor especialmente negativos formulados por Bethlem (1939), mas, sobretudo, porque os descendentes de poloneses talvez sejam a única etnia europeia a ter conhecido um preconceito longo e explícito por parte da sociedade nacional. Finalmente, os estudos da trajetória das comunidades polonesas no Paraná (e mesmo no Rio Grande do Sul) revelam a complexidade de suas formas de organização e as diversas maneiras como foram sendo “construídos” pelos diversos segmentos da “sociedade nacional”.

Referências

- BETHLEM, H. (1939). *Vale do Itajaí*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio.
- BOSCHILIA, R. (1995). O cotidiano de Curitiba durante a II Guerra Mundial. *Boletim Informativo da Casa Romário Martins*. Curitiba: Fundação Cultural, p. 1-65.
- CAMPOS, C. M. (2006). *A política da língua na era Vargas*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- FILIPAK, P. & KRAWCZYK, J. (1978). *Fastos da Sociedade União Juventus*. Curitiba: Gráfica Vicentina.
- GLUCHOWSKI, K. (2005). *Os poloneses no Brasil*. Porto Alegre: Rodzicz & Ordakowski editores.
- KULA, M. (1977). “Carta dos imigrantes do Brasil”. *Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa*. Curitiba: Superintendência do Centenário da Imigração Polonesa ao Paraná, vol. VIII, p. 9-117.
- OLIVEIRA, L. L. (1990). *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense.
- OLIVEIRA, M. de (2007). Imigração e diferença em um estado do sul do Brasil: o caso do Paraná. *Nuevo Mundo-Mundos Nuevos*, v. 7. <http://www.nuevomundo.revues.org>. Acessado em 25 de maio de 2008.
- _____. (2009). Zasięg i znaczenie imigracji polskiej do Parany w południowej Brazylii (1871-1914). In MAZUREK, J. *Polacy pod Krzyżem Polunnia*. Warszawa: Instytut Studiów Iberyjskich i Iberoamerykańskich/Muzeum Półkolego Ruchu Ludowego w Warszawie, p. 65-105.
- NIKODEM, P. (1970). Saporski – o “Pioneiro dos Semeadores”. In *Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa*. Curitiba: op. cit. vol. I, p. 59-92.
- RAMOS, J. de S. (2006). *O Poder de domar do fraco: Construção de autoridade e poder tutelar na política de Povoamento do Solo Nacional*. Niterói, EdUFF.
- SEYFERTH, G. (1999). Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In PANDOLFI, D (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, p. 199-228.
- WACHOWSKI, R. C. (1970). As escolas da colonização polonesa no Brasil. In *Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa*. Curitiba: op. cit. vol. VII, p. 13-110.
- _____. (1999). Aspectos da imigração polonesa ao Brasil. *Projeções. Revista de estudos polono-brasileiros*, Curitiba: Ano I, vol. I, 10-31.